

Remoções: as palavras e as coisas

É preciso deixar claro, sem delongas nem tergiversações, que somos contra a remoção como política pública. Em qualquer caso.

Tome-se o que está ocorrendo hoje no Rio de Janeiro. Em nome da urbanização, a questão das remoções volta a ser discutida. Urbanização implica necessariamente investimento no território: mas a urbanização capitalista não tem como fim o uso do solo por seus moradores, e sim a especulação com a terra e a os imóveis. Por isso, as Olimpíadas são um momento perfeito para que se traga de novo à tona a antes maldita ideia da remoção. Fala-se sem pejo que “as favelas são lugares em condições subumanas. Por isso, vai ser bom para todo mundo que elas sejam removidas”. Quem é todo mundo, cara pálida?

É bom que se diga que a palavra remoção não mete medo: palavras não metem medo. O que de fato assusta são os conceitos que, preconceituosamente, embutem-se em algumas palavras, há muito tempo.

Remoção de quantos? Do que é que se está falando? Qual é a população envolvida, cujas vidas vão ser mudadas ao sabor dos traçados do Comitê Olímpico Internacional, com a justificativa de que São Pedro, que enviou as grandes chuvas, não está ajudando?

Vamos pensar juntos. 119. Imaginem um conjunto de 119 pessoas em pé. Ocupa espaço, né? Agora imaginem que não são pessoas, são famílias. Mais espaço. Vamos adiante, imaginando ainda: não são famílias, são favelas. 119 favelas. Cujas opiniões não foi ouvida. Ou não foi considerada. Nada se aprendeu com o malfadado legado do PAN, que nada deixou senão prédios em terrenos pouco seguros (vejam a ironia... os prédios construídos pelas empreiteiras do PAN estão em terreno que não é próprio!). E os nossos atuais governantes, nascidos e criados na lógica da Barra - compartimentada, dividida, onde não há espaços públicos, onde se sai de carro de condomínio para condomínio -, não conseguem nem conceber que alguém queira morar em uma favela. Não conseguem conceber o que é uma favela.

Favela: uma palavra maldita na década de 90, quando foi substituída pelo eufemismo "comunidade". Substituída e depois recuperada. Por seus moradores, pelo movimento de favelas, porque deram-se conta de que as palavras têm peso. E essa palavra conta uma história. Conta de Canudos e do Morro da Favela. Conta de migrantes e de falta de poder público. Conta de sonhos de cidade grande, de redes de solidariedade, de Joões, Franciscos, Antonios, Marias, tantos que vieram, que construíram, que foram deslocados e deslocados de novo para novos territórios que, de novo, foram abandonados pelo poder público. Favelizaram-se.

E agora? Dada a situação de fato (as favelas estão aí, existem, fazem parte da trama urbana do Rio de Janeiro), o que se faz? A proposta dos governantes é uma só: remover. Para onde, para que, ninguém diz. Quando e como, ninguém sabe. O que se quer é "fazer limpeza". Tira os favelados do caminho da Copa, das Olimpíadas. Fica feio. Fica bagunçado.

E, no entanto, há outras soluções. Caso se considere que os moradores da favela têm o mesmo direito ao território que os do asfalto, há meios e maneiras. Se há risco, e for necessário reorganizar o espaço, por que não? Com obras, com contenções, dá para preparar o território para os moradores. Que, mais uma vez (para reforçar uma idéia que parece boba de tão óbvia, mas não está na ordem do dia), têm

tanto direito à cidade quanto os da Barra - que (será que alguém lembra?) também não estava urbanizada na década de 70, quando houve a expansão da cidade para lá. Aliás, não está até hoje. Nem por isso se fala em remover a Barra. E aqui se chega à questão central que queremos destacar: o problema é de cidadania e não de "área de risco". As áreas de risco são definidas e redefinidas ao bel-prazer dos governantes. Com propósitos diversos e distantes daquela que deveria ser a prioridade máxima: o bem-estar dos cidadãos do Rio de Janeiro.

E, com foco no bem-estar e no resgate da cidadania plena, podemos nos permitir sonhar. Com governantes que façam uma ação única e continuada para todas as favelas e bairros de periferia do Rio: uma ação integradora, que contemple urbanização, transporte, instrumentos de geração de trabalho e renda locais, escolas, postos de saúde, médicos, professores, serviços culturais. Segurança, sim. Segurança treinada para trabalhar com cidadãos, que somos todos, no morro ou no asfalto. Uma ação realizada em conjunto e com consulta à população. Aí sim, estaremos construindo uma cidade digna. De Copa, de Olimpíadas. Mas, sobretudo, de seus moradores. ■

* Itamar Silva e Renata Lins

Coordenadores do Ibase

